Processo TC-033.962/2012-0 (com 175 peças)

Apensos: TC-037.712/2011-0 (com 66 peças)

TC-037.132/2012-1 (com 6 peças)

TC-007.169/2013-2 (com 6 peças)

TC-029.481/2013-9 (com 6 peças)

TC-028.987/2014-4 (com 7 peças)

Tomada de Contas Especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se da tomada de contas especial decorrente da conversão de processo de representação, nos termos do Acórdão 2.333/2012 – Plenário (TC-037.712/2011-0, apenso, peça 64), tendo em vista irregularidades relacionadas à execução do Convênio 656.983/2009, firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e o município de Silvanópolis/TO, objetivando a construção de uma unidade escolar de educação infantil (peça 30).

Por meio do Acórdão 1.011/2014 – Plenário, esta Corte decidiu, nestes autos (peça 121):

“9.1. julgar irregulares as contas dos srs. Bernardo Siqueira Filho [Prefeito], Aurélio Bonfim Teixeira Sousa [Secretário Municipal de Finanças], Marcelo Gomes de Sousa [Engenheiro Fiscal contratado pela prefeitura] e da empresa Tabocão Terraplenagem e Pavimentação Ltda., com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **d**, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, do RI/TCU, condenando-os, solidariamente, ao pagamento dos valores abaixo discriminados, fixando prazo de quinze dias para comprovarem, perante este Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea **a**, do RI/TCU), o recolhimento da dívida em favor do FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, desde as datas de ocorrência dos fatos geradores até a do efetivo recolhimento, de acordo com a regulamentação em vigor:

Data	Valores originais (R\$)
2/3/2010	628.041,25
4/3/2011	628.041,26
TOTAL	1.256.083,51

9.2. aplicar aos responsáveis identificados em seguida as multas previstas nos dispositivos legais a seguir indicados, fixando prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem, perante este Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea **a**, do RI/TCU), o recolhimento dos respectivos valores ao Tesouro Nacional, atualizados na forma da regulamentação vigente, caso o pagamento ocorra após o prazo:

9.2.1. com base no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor individual de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), aos Srs. Bernardo Siqueira Filho, Aurélio Bonfim Teixeira Sousa, Marcelo Gomes de Sousa e à empresa Tabocão Terraplenagem e Pavimentação Ltda.;

9.2.2. nos termos do art. 58, inciso II, da referida lei, no valor individual de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), aos Srs. Bernardo Siqueira Filho, Aurélio Bonfim Teixeira Sousa e Marcelo Gomes de Sousa;

9.3. com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, autorizar a cobrança judicial das dívidas retrocitadas, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até

a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. com espeque no art. 60 da Lei 8.443/1992, c/c art. 270, §§ 1º a 3º, do RI/TCU, considerar graves as infrações cometidas pelos Srs. Bernardo Siqueira Filho, Aurélio Bonfim Teixeira Sousa e Marcelo Gomes de Sousa, inabilitando-os para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos;

9.5. autorizar a formação de processo apartado, cuja finalidade será apurar a ocorrência indiciária de irregularidades na gestão dos recursos vinculados ao Convênio 700.760/2011 (Siafi/Siconv 669761), bem como o descumprimento de determinação emanada a partir do subitem 9.2 do Acórdão 2.333/2012 - TCU - Plenário, juntando-se ao referido processo cópia deste Acórdão, do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, assim como das peças 39, 64, 65, 71 e 114 destes autos;

9.6. remeter cópia deste Acórdão, acompanhada dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado do Tocantins, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU.”

O sr. Marcelo Gomes de Sousa, engenheiro fiscal contratado pela prefeitura (peça 150), interpôs recurso de reconsideração contra o Acórdão 1.011/2014 – Plenário e a Secretaria de Recursos – Serur o ofereceu conclusões dissonantes quanto ao mérito do apelo:

a) o sr. AUFC concluiu pelo *“provimento parcial, para reduzir o débito que lhe foi imputado ao valor de R\$ 299.987,02, a contar de 4.3.2011, além de reduzir, proporcionalmente, a multa aplicada com fulcro no artigo 57 da Lei 8.443/1992”* (peça 165);

b) o sr. Diretor e o titular da unidade técnica especializada manifestaram-se por *“excluir do débito imputado pelo Acórdão 1.011/2014-Plenário somente o valor de R\$ 26.461,23, correspondente à última medição realizada”* (peças 166/7).

O Ministério Público de Contas opinou no seguinte sentido (peça 168):

a) conhecimento e provimento parcial do recurso, para reduzir o débito imputado ao sr. Marcelo Gomes de Sousa ao valor de R\$ 285.487,02, a contar de 4.3.2011, além de reduzir, proporcionalmente, a multa que lhe fora aplicada com fundamento no artigo 57 da Lei 8.443/1992;

b) correção, com base na Súmula TCU 145, dos seguintes erros materiais no texto do Acórdão 1.011/2014 – Plenário (peça 121):

b.1) no item III, relativo à identificação dos responsáveis no processo, cabe incluir o nome do sr. Marison de Araújo Rocha, CPF 388.918.591-68 (peça 70);

b.2) no item 9.2.2, alusivo à multa aplicada com base no artigo 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, cabe excluir os nomes dos srs. Aurélio Bonfim Teixeira Sousa e Marcelo Gomes de Sousa e incluir o nome do sr. Marison de Araújo Rocha;

b.3) no item 9.3, pertinente à autorização, desde logo, para cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, cabe incluir a previsão de acréscimo de juros de mora sobre o valor do débito (artigo 19 da Lei 8.443/1992);

c) remessa de cópia da deliberação que sobrevier:

c.1) ao 2º e ao 3º Ofícios da Defesa do Patrimônio Público e Social, da Procuradoria da República no Estado do Tocantins, objetivando subsidiar a instrução do Inquérito Civil 1.36.000.000578/2011-19 (TC-028.987/2014-4 e TC-037.132/2012-1, apensos);

c.2) à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Tocantins, com vistas a subsidiar a instrução dos Inquéritos Policiais 469/2012-4, 472/2012-4 e 215/2013-4 – SR/DPF/TO (TC-029.481/2013-9 e TC-007.169/2013-2, apensos).

O Ministro Benjamin Zymler, relator *ad quem*, preliminarmente ao exame de mérito do recurso, encaminhou os autos ao gabinete de Vossa Excelência, para que avaliasse a proposta de correção de inexatidão material formulada pelo Ministério Público de Contas (peça 169).

Nesse cenário, foi proferido o Acórdão 2.046/2015 – Plenário, cujo teor é o que segue (peça 170, grifos no original):

“Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea **d**, do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão n. 1.011/2014 – TCU – Plenário, prolatado na Sessão de 16/4/2014, Ata n. 12/2014, relativamente ao item 3, onde se lê: ‘Responsáveis: Srs. Bernardo Siqueira Filho, CPF n. 364.676.851-72, Aurélio Bonfim Teixeira Sousa, CPF n. 388.863.161-00, Marcelo Gomes de Sousa, CPF n. 341.672.691-04, e empresa Tabocão Terraplenagem e Pavimentação Ltda., CNPJ n. 06.064.333/0001-60.’, leia-se: ‘Responsáveis: Srs. Bernardo Siqueira Filho, CPF n. 364.676.851-72, Aurélio Bonfim Teixeira Sousa, CPF n. 388.863.161-00, Marcelo Gomes de Sousa, CPF n. 341.672.691-04, **Marison de Araújo Rocha, CPF 388.918.591-68**, e empresa Tabocão Terraplenagem e Pavimentação Ltda., CNPJ n. 06.064.333/0001-60.’; ao subitem 9.2.2, onde se lê: ‘nos termos do art. 58, inciso II, da referida lei, no valor individual de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), aos Srs. Bernardo Siqueira Filho, Aurélio Bonfim Teixeira Sousa e Marcelo Gomes de Sousa’, leia-se: ‘nos termos do art. 58, inciso II, da referida lei, no valor individual de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), aos Srs. Bernardo Siqueira Filho e **Marison de Araújo Rocha**’, e ao subitem 9.3, onde se lê: ‘com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, autorizar a cobrança judicial das dívidas retrocitadas, atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor’, leia-se: ‘com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, autorizar, **desde logo**, a cobrança judicial das dívidas retrocitadas, **caso não atendidas as notificações**’, mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:”

Os autos retornam ao Ministério Público de Contas com a seguinte proposta da Secex/TO (peças 172/3, grifos no original):

“O Acórdão 2046/2015-TCU-Plenário, de 19/8/2015, que retificou, por inexatidão material, o Acórdão 1011/2014 – TCU – Plenário, prolatado na Sessão de 16/4/2014, também apresenta erro material, uma vez que em seu item 1.7 consta que não há advogado constituído nos autos, quando, na verdade, há dois representantes legais no processo, conforme consta do item 8 do próprio Acórdão retificado, complementado pelo novo advogado constituído conforme peça 154.

Em tempo, ressalte-se que, como a decisão corrigida não trará alteração substancial capaz de afetar a esfera de direito subjetivo dos destinatários, uma vez que se trata de mera correção textual do Acórdão retificador, **não se faz necessária a devolução do prazo às partes**, conforme art. 184 do Regimento Interno do TCU.

Ante o exposto, e com fulcro na Súmula TCU nº 145, submeto os autos à consideração superior, propondo seu encaminhamento ao Gabinete do Ministro Relator, via Ministério Público junto ao TCU, com vistas a se promover a correção, por inexatidão material, do **item 1.7** do Acórdão 2046/2015-TCU-Plenário, Sessão Ordinária de 19/8/2015, Ata nº 33/2015 – Plenário, conforme a seguir:

Onde se lê: Advogados constituídos nos autos: não há

Leia-se: Advogados constituídos nos autos: Marison de Araújo Rocha, OAB/TO n. 1.336/B [peças 86/7, 90 e 95], e Renan Albernaz de Souza, OAB/TO n. 5365 [peça 154].”

De fato, isoladamente, a omissão do nome dos mandatários no acórdão configura mero erro material, ao passo que a omissão na respectiva pauta de julgamento configura erro de procedimento e, em regra, ostenta gravidade, consoante precedentes a seguir:

“Recurso de reconsideração. Processual. A ausência do nome do advogado na pauta de julgamento constitui motivo suficiente para que seja declarada a nulidade da decisão. Acórdão tornado insubsistente.” (Acórdão 354/2015 – Plenário)

“Recurso de reconsideração. Processual. A ausência do nome do procurador da parte, devidamente constituído, na pauta de julgamento publicada no Diário Oficial da União (DOU) implica prejuízo à defesa do responsável representado, constituindo nulidade processual.” (Acórdão 3.438/2014 – Plenário)

“Recurso de reconsideração. Processual. Sob pena de nulidade do julgamento, as pautas das sessões do TCU devem registrar o nome e o respectivo número de inscrição na OAB do advogado constituído nos autos, e não o do escritório a que pertença. Provimento.” (Acórdão 449/2014 – Plenário)

“Pedido de reexame. Monitoramento. Processual. É obrigatória a informação do nome do advogado e do respectivo número de registro na OAB na pauta de julgamento do processo, sob pena de nulidade. Provimento.” (Acórdão 407/2013 – Plenário)

“Embargos de declaração. Processual. É indispensável, sob pena de nulidade, que da publicação da pauta de julgamento constem os nomes das partes e de seus advogados, para os fins do contraditório e da ampla defesa. Acolhimento. Nulidade do acórdão embargado.” (Acórdão 5.821/2012 – 1ª Câmara)

No caso concreto, houve omissão do nome dos advogados tanto no Acórdão 2.046/2015 – Plenário (peça 170) como na pauta de julgamento (peças 174/5).

Há de se destacar, contudo, que, em se tratando de mera correção de erro material, não há falar em prejuízo à defesa decorrente da omissão do nome dos advogados no Acórdão 2.046/2015 – Plenário (peça 170), justamente porque esta deliberação não teve conteúdo decisório capaz de afetar a esfera de direito subjetivo dos responsáveis.

A esse respeito, nos termos do Acórdão 3.158/2008 - 2ª Câmara:

“1. Erro material ocorre quando há evidente equívoco entre a intenção do julgador e o que foi declarado na deliberação.

2. Erro material é passível de correção por apostilamento, nos termos do Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência do TCU.”

Nesse sentido, no voto condutor da referida deliberação, o Ministro-Relator André Luís de Carvalho invocou, com propriedade, a jurisprudência que segue (grifos no original):

“Processo REsp 116859/RS RECURSO ESPECIAL/1996/0079465-0

1. O erro material da sentença, possível de retificação a qualquer tempo, é o que resulta do evidente equívoco entre o que foi pensado pelo juiz e o consignado na sentença, e

compreende tanto a inexatidão material como o erro de cálculo. Aquele provém da inexatidão na referência a algum dado existente nos autos, inadequadamente referido, e este, de erro na conta de valores ou de outras medidas numéricas.”

“Ag 342580/GO ; AGRAVO DE INSTRUMENTO 2000/0115321-8

[...] No mesmo sentido o magistério de Humberto Theodoro Jr., quando afirma: ‘... ser possível, mesmo após o trânsito em julgado, a correção de erro material, pois estes, não sendo fruto da intenção do Juiz, não transitam em julgado” (Comentários ao Código de Processo Civil IV/252).

Não se pode atribuir a conclusão do magistrado ao determinar uma repetição da correção monetária (corrigir o que já teria sido corrigido **ab initio** pela parte interessada), outro motivo que não seja, conforme já demonstramos, o descuido, a involuntária falta de atenção ao pedido articulado na peça inaugural, caracterizando-se, assim, erro material, suscetível de correção de ofício ou por requerimento da parte, a qualquer tempo e grau de jurisdição.

A lição do saudoso Mestre Enrico Tullio Liebman vem esclarecer de maneira cabal a questão, nos seguintes termos: ‘**Erro material é o erro ‘na expressão’, não no pensamento: a simples leitura da sentença deve render evidente que o juiz, no manifestar o seu pensamento, usou nome, ou palavras, ou cifras diversas daquelas que deveria ter usado para exprimir fielmente e corretamente a ideia que havia em mente (...) Em outros termos, o erro material é aquele devido a uma desatenção ou um erro perceptível na operação de redação do ato’.** (Manuale di Diritto Processuale Civile, II/256, Giuffrè, Milano, 1984).

E, tratando-se de erro puramente material, por não transitar em julgado, a correção respectiva pode ser determinada pelo mesmo órgão julgador, assim como em instâncias superiores (cf. Pontes de Miranda, Comentários ao Código de Processo Civil, t. V, pp. 102-103) (*In* Revista de Processo. Ano nº 20. Abri-junho/1995. n.78, p.246/259).

A correção dos erros materiais e/ou de cálculo reside no desacordo entre a vontade do juiz e a expressão na sentença. [...].”

Ante o exposto, o Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com a proposição da Secex/TO, pela correção de inexatidão material (peças 172/3), por entender que, apesar da omissão do nome dos advogados no Acórdão 2.046/2015 – Plenário (peça 170) e na respectiva pauta de julgamento (peças 174/5), não é o caso de se declarar a nulidade desta deliberação, ante a ausência de prejuízo à defesa (artigo 171 do Regimento Interno/TCU).

Brasília, em 15 de setembro de 2015.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador